

Desenvolvimento sustentável na Reunião Magna da ABC

A Reunião Magna 2012 da Academia Brasileira de Ciências tratou do tema "Ciência para o Desenvolvimento Sustentável". Economia verde, oceanos, desastres naturais, agricultura, água e energia foram assuntos de conferências nos três dias de evento. Confira a cobertura do *Jornal da Ciência*. Págs. 6 e 7



Grupo planeja criação do Instituto Carolina Bori

O órgão servirá de base para apoiar e difundir estudos sobre o comportamento humano e contribuir para a formulação de políticas voltadas para o meio ambiente, saúde, educação e pobreza.

Reconhecida internacionalmente pela participação na luta contra a ditadura militar e pelo legado científico, a história de Carolina Martuscelli Bori, cientista paulistana, dará origem ao Instituto Carolina Bori (ICB). Previsto para ser oficializado em outubro, o ICB, em estudo há cerca de dois anos, deve ser alocado na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), inicialmente.

Ex-presidente da SBPC, Carolina é reconhecida por sua atu-

ação em favor dos direitos humanos, da melhoria da educação e da evolução científica, além de seu legado na área de análise experimental do comportamento. O projeto vem sendo elaborado nos moldes dos chamados *think-tanks*, grupos de pesquisadores que realizam estudos interdisciplinares e refletem sobre temas contemporâneos, procurando influenciar a sociedade. O grupo de pesquisadores trabalha no resgate da obra de Carolina. Pág.4

Olimpíada Internacional de Astronomia

Em 2012, o Brasil sedia pela primeira vez o certame internacional, que reunirá 160 candidatos de 32 países. O País é a primeira nação das Américas a receber o evento, que está em sua sexta edição.

Uma das razões que trouxeram a sede este ano para o Brasil foi a enorme quantidade de candidatos que o País tem em sua Olimpíada Brasileira de Astronomia (OBA): mais de 800 mil estudantes, oriundos de escolas públicas e particulares. É o país com mais postulantes no mundo.

Programada para agosto, a Olimpíada terá no Rio de Janeiro sua abertura e encerramento. Grande parte, porém, das atividades e provas acontecerão em Vassouras e em Barra do Piraí, cidades no interior do estado que têm melhores condições de observação do céu. O evento brasileiro também se diferencia dos outros pela escolha do tema, focado na astronomia indígena. Pág.12

Comunidade científica faz nova manifestação

No dia 16 de maio, às 12 horas, no corredor de acesso ao plenário da Câmara dos Deputados, em Brasília, várias sociedades científicas brasileiras farão uma manifestação pública. O objetivo é pleitear que no Projeto de Lei (PL) 2565/2011, que definirá as regras da partilha dos *royalties* do petróleo, seja estabelecido um percentual obrigatório de investimento para as áreas de Educação, Ciência, Tecnologia e Inovação (C,T&I).

Liderada pela Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), a proposta da comunidade científica é que, do total de recursos que serão divididos entre estados e municípios, 50% sejam destinados para a Educação. A manifestação também visa garantir o restabelecimento dos recursos dos *royalties* do petróleo

que eram destinados ao MCTI e que ficaram fora da nova regra de partilha.

Na ocasião, a presidente da SBPC, Helena Nader, entregará ao relator da matéria, o deputado Carlos Zarattini (PT-SP), um documento com essas reivindicações. "É imprescindível que os parlamentares se conscientizem da importância de se prefixar os investimentos que deverão ser destinados à Educação e C,T&I", ressalta Helena. "Seria uma forma de corrigir uma omissão, pois o projeto aprovado pelo Senado apenas prevê que estados e municípios devam investir nessas áreas, sem determinar percentuais." Helena lembra que, se o projeto for aprovado sem essa definição, o Brasil perderá uma chance histórica de ter recursos para promover melhorias na qualidade da educação.

Código Florestal: SBPC e ABC não querem veto total

Entidades encaminharão um documento à presidente destacando os pontos específicos que devem ser vetados no projeto aprovado pela Câmara dos Deputados em 25 de abril.

Depois de repudiarem a decisão dos deputados por meio de seu Grupo de Trabalho, as instituições declararam que é fundamental "não radicalizar" em relação ao veto reivindicado por diversos setores da sociedade. Eles destacam que é necessário apontar vetos "específicos" em alguns pontos do texto aprovado, por meio de um documento que será enviado à presidente Dilma Rousseff.

A presidente da SBPC, Helena Nader, destacou que "houve

algumas vitórias" em relação ao texto do Código. "Parece que as duas instituições só apanharam. O Senado introduziu coisas que a gente queria e alguns dos itens que foram colocados na Câmara também atendem à gente. Não podemos generalizar. Temos é que fazer críticas", afirma. Ainda não há um acordo total a respeito dos pontos que devem ser levantados na carta, mas serão destacados itens que ameacem "a soberania nacional" e "a qualidade de vida". Pág.8

Nova política operacional na Finep

Para dar maior transparência e eficiência no atendimento da demanda prevista de R\$ 6 bilhões para este ano, a Finep anunciou mudanças em sua política operacional. A ideia é alavancar a inovação no País, buscando eleger projetos que contribuam efetivamente para o sucesso de programas do governo.

A nova política operacional está estruturada em Linhas de Ação e Programas, traçando diretrizes claras para orientar a análise das demandas apresentadas, e enfatiza princípios de desenvolvimento sustentável. As áreas prioritárias definidas no plano Brasil Maior também terão destaque.

Para o presidente da agência, Glauco Arbix, as medidas sinalizam maturidade gerencial da Finep, que quer ser reconhecida como instituição financeira. Arbix destaca que a crescente demanda por financiamento demonstra que mudanças já estão acontecendo no cenário brasileiro da inovação. Pág.5

Reunião da SBPC em Chapadinha

Evento acontece de 22 a 24 de maio na Universidade Federal do Maranhão (UFMA).

Estão abertas as inscrições para a Reunião Regional da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) em Chapadinha (MA). O evento, que será realizado no Centro de Ciências Agrárias e Ambientais (CCAA/UFMA), é voltado para docentes do ensino básico e superior, estudantes universitários, pesquisadores e demais interessados nos temas a serem discutidos. O tema central "Sociedade e Agricultura Familiar" irá nortear todas as atividades do encontro.

O objetivo desta Reunião Regional da SBPC é aquecer as discussões que acontecerão na 64ª Reunião Anual da SBPC, em julho, em São Luís, e levar o conhecimento científico e tecnológico desenvolvido no País para contribuir com subsídios para as políticas públicas locais de modo a promover qualidade de vida por meio da melhoria das condições de trabalho e educação a partir do endosso e ampliação do importante trabalho já desenvolvido na região para apoiar a agricultura familiar, bem desenvolvida e muito importante para as famílias locais.

Durante estes dias serão realizadas duas mesas-redondas e duas conferências com foco em assuntos relacionados à agricultura. Essas atividades são gratuitas e abertas ao público. Serão promovidos também 24 minicursos, voltados principalmente para a formação complementar de professores do ensino básico. Cada inscrito tem direito de participar de até dois minicursos, um no período da manhã e outro à tarde.

Todas as atividades serão realizadas no auditório do prédio central do CCAA/UFMA, incluindo a cerimônia de abertura oficial que ocorrerá no dia 22, a partir das 20 horas, e contará com a participação da presidente da SBPC, Helena Nader, e de dois membros da diretoria da entidade: Rute Andrade e José Antonio Aleixo da Silva.

Também constam da programação atividades culturais e artísticas, com apresentações de coral e *shows* musicais. Informações no site: <www.sbpnet.org.br/chapadinha/home>. (Ascom da SBPC)

Senado aprova R\$ 500 mi para prevenção de desastres naturais

O Senado acaba de aprovar a Medida Provisória 553/2011, que abre crédito extraordinário de R\$ 533,5 milhões para a prevenção de desastres naturais e a reconstrução de áreas atingidas. O crédito é destinado aos Ministérios da Ciência, Tecnologia e Inovação; da Defesa; e da Integração Nacional para evitar ou diminuir os danos sofridos pelo País pelas inundações, deslizamentos e demais desastres naturais que se repetem todos os anos.

A MP foi aprovada no dia 9 de maio em votação simbólica, sem discussão dos pressupostos de relevância e urgência, reconhecidos mesmo pelos senadores da oposição. Durante a discussão do mérito, no entanto, os parlamentares criticaram a escassez de recursos do governo destinados a ações preventivas e a demora na liberação do dinheiro.

Para Álvaro Dias (PSDB-PR), o governo é sempre generoso na hora de anunciar os créditos, mas "a aplicação é reduzida à insignificância". Aloysio Nunes (PSDB-SP) apontou uma contradição entre a urgência das ações e o ritmo de liberação dos recursos pelo governo. Como exemplo, ele citou os valores liberados até agora nas áreas a que se destinou o crédito. No caso do Ministério da Integração Nacional, Aloysio Nunes afirmou que dos R\$ 140 milhões destinados à prevenção e preparação para desastres nada foi liberado até o momento, apesar de a MP ter sido editada em dezembro de 2011.

Destinação - No caso do MCTI, os recursos — R\$ 6 milhões —

têm por objetivo a implantação do Centro Nacional de Monitoramento e Alerta de Desastres Naturais. O crédito, de acordo com a exposição de motivos do governo, visa à aquisição de radares de monitoramento e equipamentos de tecnologia avançada, com o objetivo de fornecer informações confiáveis sobre o risco iminente de desastres como deslizamento de encostas, enxurradas e inundações, com vistas a subsidiar os órgãos de defesa civil na tomada de decisões.

No mesmo sentido, R\$ 77,5 milhões destinam-se ao Ministério da Defesa, para cooperação em ações de defesa civil. De acordo com a exposição de motivos, é fundamental viabilizar a pronta atuação das Forças Armadas, em cooperação com os diversos órgãos e entidades do governo federal e demais entes da Federação que compõem o Sistema Nacional de Defesa Civil (Sindic), por meio do Plano Emergencial de Emprego das Forças Armadas e de Módulos Emergenciais de Material.

Os R\$ 450 milhões restantes destinam-se ao Ministério da Integração Nacional, para o financiamento de ações de defesa civil em geral, como fornecimento de cestas básicas, agasalhos e abrigos emergenciais para as pessoas atingidas, distribuição de água em carros-pipa e restabelecimento de infraestruturas locais, de forma a minorar os efeitos acarretados aos moradores das localidades prejudicadas. Desse total, R\$ 140 irão para ações preventivas. (*Agência Senado*)

Prêmio CBPF de Física 2012

Termina no dia 18 de maio as inscrições para a segunda edição do Prêmio CBPF de Física, promovido pelo Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas (CBPF). Concedido pela primeira vez em 2010, o Prêmio, criado para reconhecer o trabalho científico de excelência desenvolvido no País no campo da física, será patrocinado este ano pela CVD Vale, empresa de alta tecnologia baseada na pesquisa e no desenvolvimento de materiais avançados.

Em sua primeira edição, o Prêmio foi conquistado pelo físico Vanderley Bagnato, professor titular e coordenador do Centro de Pesquisa em Óptica e Fotônica da USP de São Carlos, pelo ineditismo e importância de seu trabalho sobre turbulência

quântica. "Este ano, o Prêmio será novamente entregue em julho, durante a 9ª Escola do CBPF, e irá prestigiar o mérito científico de uma contribuição pontual, e não um cientista pelo conjunto da sua obra", afirma o diretor do CBPF, Fernando Lázaro Freire Jr.

Como na edição passada, as candidaturas ao Prêmio CBPF de Física de 2012 deverão ser referendadas por cientistas reputados na comunidade científica e analisadas pela Comissão de Seleção do Prêmio, criada com essa finalidade e integrada por cientistas indicados pela Sociedade Brasileira de Física (SBF) e pelo Conselho Técnico-Científico do CBPF.

Confira o edital no site <www.cbpf.br>. (Ascom do CBPF)

JORNAL da CIÊNCIA

Publicação quinzenal da SBPC — Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência

Conselho Editorial: Adalberto Val, Alberto P. Guimarães Filho, Ennio Candotti, Fernanda Sobral, José Roberto Ferreira, Lisbeth Cordani e Sergio Bampi.

Editora: Renata Dias
Redatoras: Clarissa Vasconcelos e Viviane Monteiro
Revisão: Mirian S. Cavalcanti
Diagramação: Sergio Santos
Ilustração: Mariano

Redação e Publicidade: Av. Venceslau Brás, 71, fundos, casa 27, Botafogo, CEP 22290-140, Rio de Janeiro. Fone: (21) 2295-5284 Fone/fax: (21) 2295-6198. E-mail: <ciencia@jornaldaciencia.org.br>

ISSN 1414-655X
APOIO DO CNPq

Fique sócio da SBPC

Conheça os benefícios em se tornar sócio da SBPC no site <www.sbpnet.org.br> ou entre em contato pelo e-mail <socios@sbpnet.org.br>.

Valores das anuidades 2011:

- R\$ 60: Graduandos, Pós Graduando, Professores de ensino médio e fundamental, sócios de Sociedades Associadas à SBPC.
- R\$ 110: Professores do ensino superior e profissionais diversos.

ASSINE NOSSAS PUBLICAÇÕES

JCE-Mail

Assine e receba diariamente. Cadastre-se gratuitamente em <www.jornaldaciencia.org.br/cadastro.jsp>.

ComCiência

Revista eletrônica de jornalismo científico da SBPC-LabJor. Site: <www.comciencia.br>.

Ciência e Cultura

Distribuição gratuita para sócios quites. Mais informações sobre venda e assinatura, entre em contato: <socios@sbpnet.org.br> ou (11) 3355.2130.

Ciência Hoje

11 números: R\$ 90,00. Desconto para sócios quites da SBPC: R\$47,00. Fone: 0800-727-8999.

Ciência Hoje das Crianças

11 números: R\$ 66,00. Desconto para associados quites da SBPC: R\$ 25,00. Fone: 0800-727-8999.

MANTENHA SEU

CADASTRO ATUALIZADO

Sócio da SBPC: Mantenha seus dados cadastrais atualizados. Entre em contato com a Secretaria de Sócios: <socios@sbpnet.org.br>

SBPC - Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência

R. Maria Antonia, 294 - 4º andar
CEP: 01222-010 - São Paulo/SP
Tel.: (11)3355-2130

Entidades pressionam por mais recursos para Educação, Ciência, Tecnologia e Inovação

SBPC une-se a entidades estudantis e pressionam os parlamentares a aumentarem para 10% do PIB os investimentos em Educação no PNE. Outras mobilizações estão programadas para pedir tarifas tarimbadas dos royalties do pré-sal para Educação, C,T&I.

Entidades estudantis e científicas prometem manter a pressão em defesa de aumento de recursos para Educação e C,T&I. No dia 9 de maio, eles fizeram um ato público no salão verde da Câmara dos Deputados em defesa da urgência da aprovação do Plano Nacional da Educação (PNE) com meta de investimento anual de 10% do Produto Interno Bruto (PIB) no decorrer de dez anos.

A mobilização foi organizada pela União Nacional dos Estudantes (UNE) com o apoio da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), da Sociedade Brasileira de Física (SBF), da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES), União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime), da Associação Nacional de Política e Administração da Educação (Anpae) e Associação Nacional dos Pós-graduados (ANPG), dentre outras instituições.

Na Câmara dos Deputados, os parlamentares que integram a comissão especial criada para analisar o PNE discutiram nos dias 8 e 9 de maio a última versão do substitutivo do relator da proposta, deputado Angelo Vanhoni (PT-PR). No último dia da reunião, ficou acertado que o projeto, que tramita na comissão especial, será votado no dia 22 deste mês.

Alguns parlamentares defendem a mesma bandeira de estudantes e de cientistas, de 10% do PIB para a Educação nos próximos dez anos, contrariando a proposta de Vanhoni, mantida em 8% do PIB. Dessa forma, o percentual relativo aos recursos do PIB para Educação permanece sendo o ponto mais polêmico do PNE. A posição do governo é de que permaneça a proposta do relator.

Documento - Durante o ato público, os manifestantes aproveitaram para entregar um documento à Câmara dos Deputados. Com a assinatura de 25 instituições, dentre as quais as citadas acima, o documento mostra a necessidade de o Brasil colocar a Educação na pauta de prioridades, de reduzir as "gravíssimas" desigualdades entre os ensinos praticados em escolas públicas e privadas e melhorar a infraestrutura em regiões mais carentes ou nas periferias dos grandes centros urbanos. Assim, facilitando o aces-



so de alunos nas salas de aula.

Intitulado "PNE já: 10% do PIB para a educação pública e 50% dos royalties e do fundo social do pré-sal para a Educação, Ciência e Tecnologia", o documento declara ser impossível o Brasil dar um salto na qualidade da educação sem a implementação de um Plano Nacional de Educação. "O Brasil nunca será um país rico e justo sem a revisão do atual patamar de financiamento da Educação", sublinha a nota.

Embora o Brasil tenha alcançado recentemente a posição de sexta maior economia mundial, o documento entregue aos parlamentares destaca que o País ainda possui dois milhões de estudantes fora do ensino médio, oferece péssima remuneração aos professores da educação básica e conta com número acentuado de 14 milhões de analfabetos. Conforme destaca o documento, 86% dos jovens de 18 a 24 anos estão fora do ensino superior e a escolaridade média brasileira é de 7,3 anos, número considerado pífito.

Hoje o País investe cerca de 5% do PIB na Educação. O relatório do relator do PNE sugere o aumento do gasto público em Educação para 8% do PIB. O Plano Nacional da Educação estabelece 20 metas educacionais para serem alcançadas no prazo de dez anos, dentre as quais o aumento do atendimento em creche, a melhoria da qualidade da educação e o crescimento do percentual da população com ensino superior.

Tramitação - Alguns deputados ameaçam levar a proposta de 10% para votação em Plenário, se houver um pedido de requerimento com a assinatura de pelo menos 53 deputados. Caso contrário, o projeto seguirá diretamente para o crivo do Senado Federal. Na opinião do relator

Vanhoni é difícil iniciar a votação na próxima semana. A ideia dele é utilizar os próximos dias para negociar possíveis mudanças no texto com os parlamentares que apresentaram os destaques.

Novo ato - Será realizada outra mobilização, agendada para o dia 16 de maio, também na capital federal. Desta vez, será para reforçar o pleito pelos recursos provenientes de royalties do petróleo a ser extraído da camada pré-sal para Educação, C,T&I.

A mobilização será realizada pela SBPC, com o apoio da UNE, da SBF, ANPG, UBES, do Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed) e Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino (Contee), dentre outras entidades ligadas ao ensino e à ciência e que participam do movimento "PNE já: 10% do PIB para Educação".

Documento em defesa dos recursos do pré-sal - No ato da próxima semana está prevista a entrega de um documento ao deputado Carlos Zarattini (PT-SP), relator do Projeto de Lei (PL) 2565/2011 que trata da distribuição dos royalties do petróleo da camada pré-sal. O que as entidades propõem é a vinculação de 50% para as áreas da Educação, Ciência, Tecnologia e Inovação da totalidade de recursos dos royalties de partilha destinados aos estados, municípios e Distrito Federal. As mesmas instituições cobram, também, a retomada da receita do CT-Petro, o principal fundo setorial gerido pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), que fomenta a área científica e tecnológica.

Conforme observa a presidente da SBPC, Helena Nader, que participou do ato realizado ontem em Brasília, essa é oportunidade única para o País garantir recursos expressivos para a Educação, Ciência, Tecnologia e Inovação.

Com opinião semelhante, o presidente da UNE, Daniel Iliescu, disse que o Brasil precisa melhorar a educação aproveitando o período de crescimento econômico, depois de décadas de retração, além da perspectiva de arrecadar receitas bilionárias provenientes do petróleo da camada pré-sal. **(Viviane Monteiro - JC/ Colaborou Beatriz Bulhões, interlocutora da SBPC em Brasília)**

Poucas & Boas

Código - "Acredito que os críticos à formulação do Código Nacional de CT&I sejam aqueles que ainda não leram a proposta ou não entendem a importância de uma legislação enxuta e apropriada."

Mario Neto Borges, presidente do Confap. (Agência Gestão CT&I de Notícias - 7/5)

Verde - "A economia verde não substitui mudanças de padrão de produção e consumo, mas direciona a economia real à sustentabilidade, ao combate às desigualdades sociais e regionais, ao desperdício e às emissões de carbono que aumentam a febre da Terra. Elegê-la como grande vilã é um equívoco. Considerá-la a salvação do planeta, outro."

Carlos Minca, secretário de Ambiente do Estado do Rio e ex-ministro do Meio Ambiente. (O Globo - 7/5)

Decisões - "Grandes decisões que não são feitas para o momento, para multar quem desmatou e ficar todo mundo feliz com a consciência. É algo para os próximos 100 ou 200 anos. Este projeto deixou o Brasil na era medieval. Nós não passamos para a modernidade."

Paulo Nigro, diretor-presidente da Tetra Pak, sobre o novo Código Florestal. (Valor Econômico - 4/5)

Veto - "Não tenho nenhum problema em pedir o veto ao Código Florestal, tenho problema é de lidar com a realidade depois disso, de garantir condições para quem produz alimentos e protege o meio ambiente, com inclusão social (...). Não adianta fazer uma legislação 'puxadinho'."

Izabella Teixeira, ministra do Meio Ambiente (Agência Senado - 8/5)

Educação - "Nós criamos esse tipo de adolescência prolongada em escolas que não treinam as crianças ou os jovens adultos numa série de habilidades sociais, emocionais e práticas que são úteis na vida."

James Heckman, estudioso de educação e ganhador do prêmio Nobel de Economia em 2000, sobre a tendência de escolas e até universidades de estarem separadas do resto da sociedade e suas estruturas de interação social. (O Globo - 9/5)

Contas - "A matemática é fundamental para se ter uma população preparada para o século XXI (...) Estamos formando uma classe consumidora que não sabe fazer conta."

Priscilla Cruz, diretora-executiva do Todos Pela Educação, a respeito dos resultados do Anuário Brasileiro da Educação Básica-2012, que mostrou que 11% dos alunos brasileiros possuem proficiência esperada na disciplina ao chegarem ao 3º ano do ensino médio. (Agência Câmara - 10/5)

Reconhecida internacionalmente pela participação na luta contra a ditadura militar e pelo legado científico, a história de Carolina Martuscelli Bori, cientista paulistana, dará origem ao Instituto Carolina Bori (iCB). Previsto para ser oficializado em outubro, o iCB, em estudo há cerca de dois anos, deve ser alocado na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), inicialmente.

Nascida em 4 de janeiro de 1924, na capital de São Paulo, a psicóloga Carolina morreu em 4 de outubro de 2004. Reconhecida por sua atuação em favor dos direitos humanos, da melhoria da educação e da evolução científica, ela foi professora-emérita da USP e especialista em análise experimental do comportamento, disciplina que ajudou a introduzir e desenvolver ao longo dos anos no País. Pioneira em pensar a educação como ciência, Carolina é reconhecida também por seu espírito público e atitude ética na área científica.

O projeto iCB vem sendo elaborado nos moldes dos chamados *think-tanks*, grupos de pesquisadores que realizam estudos interdisciplinares e refletem sobre temas contemporâneos, procurando influenciar a sociedade.

A iniciativa é liderada por Maria do Carmo Guedes (PUC-SP), João Bosco Jardim (Fiocruz) e Maria Helena Hunziker (USP). Compõem o grupo 19 idealizadores, entre docentes, pesquisadores e alunos de graduação e pós-graduação, a maioria de São Paulo. Participa também a secretária de diretoria da SBPC há mais de 30 anos, Eunice Maria Fernandes Personini.

Da PUC-SP integram o grupo Nilza Micheletto, Sandra Bettoi e Sergio Luna. E da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), Deisy das Graças de Souza.

Da Universidade de São Paulo (USP) existem quatro pesquisadores: Eda Tassara, que também dirige o Instituto Brasileiro de Educação, Cultura e Ciências (IBECC), Marcelo Tassara, Maria Martha Hubner e Isaias Pessotti.

A lista é composta também pelos estudantes Gabriel Vieira Candido, da USP de Ribeirão Preto. E por Maria de Lima Wang, Thais Albernaz Guimarães, Camila Silveira, Adriana Piñero e Bruno Costa — todos esses da PUC-SP. Além de Silvia Murari, da Universidade Estadual de Londrina (UEL).

Início - A ideia de criar o iCB foi lançada na reunião de 2010 da Associação Brasileira de Psicologia e Medicina Comportamental (ABPMC), em Campos

Grupo de pesquisadores vai criar Instituto Carolina Bori

O órgão servirá de base para apoiar e difundir estudos sobre o comportamento humano e contribuir para a formulação de políticas públicas voltadas para o meio ambiente, saúde, educação e pobreza.

do Jordão. Em seguida, foi criado o grupo de pesquisadores, que se reúne com frequência para discutir o andamento e o amadurecimento da proposta. Até agora, além de reuniões mensais, foram realizados três encontros interdisciplinares, chamados de colóquios. O mais recente ocorreu na sede da SBPC, em São Paulo, em meados de abril. O próximo será em 28 de maio, no Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (USP).

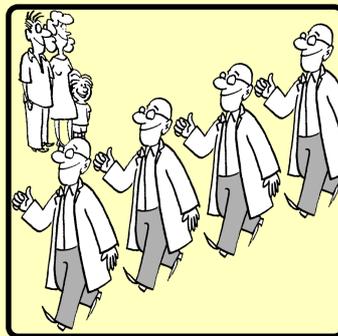
A intenção dos pesquisadores é usar o espaço Instituto Carolina Bori para discutir problemas atuais, como a degradação ambiental, o estado lamentável da educação, semelhante ao da saúde pública.

Na observação de João Bosco Jardim, os estudos comportamentais podem orientar as políticas públicas, contribuindo para a solução desses problemas. "Meio ambiente, saúde, educação, tudo isso está ligado ao comportamento humano."

Ditadura militar - Uma das marcas de Carolina, que presidiu a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) de 1985 a 1989, depois de ocupar outros cargos na diretoria da entidade, é o importante papel que assumiu na resistência das sociedades científicas à ditadura militar entre 1973 e 1977, quando o horror e a tortura silenciavam os artistas e intelectuais nos cárceres do regime.

Mesmo sob as tensões do período, ela organizou as condições que transformaram as reuniões anuais da SBPC em um espaço de resistência ao sistema, com participação de intelectuais e cientistas, a favor da redemocratização do País e na defesa dos direitos humanos. No período militar, a SBPC representou um fórum democrático de crítica ao regime, época em que cerca de 30 mil sócios se filiaram para ter um espaço em que pudessem criticar o governo.

Missão inovadora - O grupo que planeja criar o iCB nasce com a ideia de propor estudos sobre o comportamento humano adotando práticas semelhantes às de Carolina. "Carolina Bori nos legou um modelo comportamental de conduzir a ciência. Queremos que esse modelo seja a base para influ-



enciar, para pensar o futuro, para colocar os temas comportamentais nas pautas das agências governamentais e das políticas públicas", descreve o pesquisador do comportamento João Bosco Jardim.

Até então, os temas mundiais mais estudados pelos chamados *think-tanks* são a segurança e relações internacionais, desenvolvimento mundial, o ambiente nacional e internacional da política econômica, política social e ciência e tecnologia. Um exemplo de contribuição desses grupos ocorreu nos Estados Unidos, no início do século 20, quando alguns pesquisadores independentes locais ajudaram o país a se recuperar da grande Depressão Econômica, iniciada em 1929.

Hoje esses grupos de reflexão estão presentes em quase todos os países. Estima-se que 85% dos países possuem os chamados *think-tanks*, a maioria (60%) encontra-se nos Estados Unidos e Europa, segundo dados da Universidade da Pensilvânia. Existem 6,545 mil desses grupos distribuídos por 182 países, acrescenta o relatório anual do Programa Sociedades Civil: o Global Rankings Go-To think tank de 2011.

Conforme recorda o pesquisador da Fiocruz, o estudo do comportamento ganhou ímpeto no Brasil em 1961. A difusão dos estudos comportamentais, porém, é ainda muito restrita às universidades. Ele vê necessidade de ampliar e difundir esses estudos em escala influenciando, por exemplo, governos e organizações.

Apoio financeiro - Os primeiros financiamentos do ICB serão buscados nas agências de fomento e acadêmicas, como a Fapesp, a Fapemig e a Capes. Os pesquisadores querem também o apoio financeiro no âm-

bito da Lei do Bem.

A intenção é também expandir o grupo e fazer acordos com outras instituições de pesquisas. "Queremos a participação de pessoas que atuam na ciência, não necessariamente cientistas, mas de diferentes disciplinas. Queremos comunicadores, sociólogos, educadores, economistas, epidemiologistas, por exemplo. Não queremos nos limitar a psicólogos."

Recuperação de obras - A obra de Carolina assemelha-se à de vários cientistas e pensadores que deixaram seu legado no planeta Terra, mas não registraram suas obras "em cartório". Hoje o desafio do grupo de pesquisadores é resgatar a obra de Carolina Bori.

Graduou-se em 1947, após concluir o curso na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, na rua Maria Antônia. Em 1948 foi contratada pela mesma faculdade como primeira assistente da cadeira de Psicologia.

Na pós-graduação, foi estudiosa de Kurt Lewin tendo cursado mestrado na Graduation School of the New School for Social Research, em Nova York, em 1952, e o doutorado na USP, em 1954. Na academia, foi docente da USP desde 1948, instituição que lhe concedeu o título de Professora Emérita em 1994.

A cientista atuou em várias frentes de trabalho, desde a formação de docentes e pesquisadores, até a implementação de cursos e laboratórios de psicologia experimental em todo o Brasil. Além de implementar e trabalhar na consolidação da Análise Experimental do Comportamento na área científica, juntamente com associações e órgão de fomento, viabilizou políticas adequadas de incentivo à pesquisa tanto para a psicologia, quanto para a ciência em geral. Esforçou-se para implementar melhores condições de ensino, através da programação de cursos de formação e aperfeiçoamentos de docentes; e na divulgação de ciência para jovens e para a população em geral.

Presidiu várias instituições científicas, dentre as quais, além da SBPC, o IBECC, a Associação Brasileira de Psicologia, a Sociedade de Psicologia de São Paulo e a Comissão de Especialistas de Psicologia do Ministério da Educação - SESu. Ela orientou 15 doutorados (sistema antigo), até 1972, na Universidade de São Paulo. Depois da implementação do atual sistema de pós-graduação orientou 49 mestres e 27 doutores. **(Viviane Monteiro - Jornal da Ciência)**

A Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) anunciou no dia 3 de maio sua política operacional para o período 2012-2014. A nova política visa a contribuir para avançar a inovação da indústria brasileira, buscando eleger projetos que contribuam de forma efetiva para os objetivos traçados nos programas do governo federal. A última política operacional anunciada pela agência foi em 2001, e de acordo com o presidente da Finep, Glauco Arbix, "era muito geral e apresentava lacunas graves". Para ele, a nova política é um sinal de maturidade da agência e um passo importante para seu reconhecimento como instituição financeira. "Cada vez que um projeto se aproxima de áreas mais sensíveis, daquilo que há de mais avançado em termos de tecnologia, maiores serão os incentivos que a Finep vai oferecer. Então essa é a diretriz básica do nosso plano operacional", resumiu Arbix em entrevista ao *Jornal da Ciência*.

A nova política operacional traça diretrizes para orientar a análise das demandas apresentadas, tais como: a reversão da vulnerabilidade externa nos segmentos intensivos em tecnologia; o estímulo a atividades contínuas de P&D nas empresas; a elevação da competitividade das empresas brasileiras; o apoio à inserção de empresas inovadoras em mercados globais; o incentivo à aplicação do capital privado em inovação; e o desenvolvimento de competências tecnológicas para o estabelecimento e a consolidação de futuras lideranças.

Além disso, ganham ênfase os princípios do Desenvolvimento Sustentável, em suas três vertentes: desenvolvimento econô-

Finep anuncia nova política operacional

Medidas buscam dar maior transparência e eficiência para o atendimento da demanda de R\$ 6 bilhões prevista para este ano.

mico, equidade social e proteção ambiental. Com bases nessas diretrizes, foram definidas as seguintes áreas prioritárias para a atuação da Finep: Tecnologias da Informação e Comunicação; Defesa e Aeroespacial; Petróleo e Gás; Energias Renováveis; Complexo da Saúde; e Desenvolvimento Social e Tecnologias Assistivas. "As áreas que nós pretendemos ajudar são as áreas definidas pelo governo e a Finep acompanha. Elas estão incluídas no plano Brasil Maior e no Plano Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação, são áreas importantes porque elas também têm uma certa preferência nas políticas nacionais", declarou Arbix.

A nova política operacional está estruturada em Linhas de Ação e Programas, sendo as primeiras destinadas ao atendimento de demandas espontâneas das empresas, enquanto os Programas contemplam objetivos específicos — apresentando, portanto, condições próprias a sua operação. Foram estabelecidas três Linhas de ação: Inovação Pioneira; Inovação Contínua e Inovação e Competitividade. As taxas cobradas e a participação da Finep dependerão da natureza das atividades apoiadas, do enquadramento na linha de ação e da disponibilidade de recursos.

Para o presidente da Finep, as novas medidas anunciadas buscam melhorar o atendimento dos clientes e destaca a redução do tempo de análise dos



projetos já alcançada. "Nós reduzimos para menos de 50 dias a análise dos pedidos das universidades. No ano passado, o tempo médio para análise dos projetos das empresas passou para 102 dias, uma redução de 70%. Em termos de gestão, é um salto gigantesco", declarou.

Cortes no orçamento - Ao destacar que as empresas precisam do conhecimento gerado nas universidades e nos institutos de pesquisa, Arbix declarou que "nós nunca vemos com bons olhos quando se restringe a parte de orçamento no caso da ciência e no caso das universidades. Corte ninguém gosta, mas nós estamos conseguindo, e esperamos conseguir mais ainda, sustentar a demanda. Existem esforços junto ao BNDES, outras agências e outros ministérios que nos deixam tranquilos em relação à continuidade dos trabalhos".

De acordo com o presidente, a Finep pretende comprometer

R\$ 6 bilhões referentes à demanda não atendida para este ano. "Esse é um recurso para crédito, ele não é transferível para outro lugar, ele não pode ser transferido para universidades, ele não pode ser colocado em institutos de pesquisa e nem mesmo ser utilizado para empresas como subvenção econômica. É crédito, que também é um dos instrumentos utilizados para estimular a ciência, tecnologia e inovação no País", explicou.

Sobre o contingenciamento do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), Arbix destaca que existem outras maneiras de financiar a C,T&I no País e que, apesar dos cortes neste ano, os investimentos continuam crescendo. "Se colocarmos em um gráfico agregado o que investe o Ministério da Agricultura, o da Defesa, o da Educação, o da Saúde e o MCTI veremos que o gráfico cresce mais de 20% ao ano, mesmo com os cortes no FNDCT. Então a gente não pode confundir, o corte no FNDCT não desejado não significa um corte em toda a estrutura de apoio e de financiamento em C,T&I no Brasil", esclarece.

Para o presidente, é importante destacar que a demanda por tecnologia cresce exponencialmente na Finep. "Alguma coisa está mudando estruturalmente [no empresariado brasileiro] e estamos buscando apoio para inovar e desenvolver tecnologia. Esse é o dado mais auspicioso, mais positivo que nós temos pela frente, é isso que nos anima a melhorar cada vez mais a Finep", declarou.

A nova política operacional da Finep está disponível no site <www.finep.gov.br>. (*Jornal da Ciência*)

Semelhanças e diferenças na saúde das Américas

Médicos de 12 Academias de Medicina das Américas reuniram-se no Rio de Janeiro, para participar do *workshop* regional "Non Communicable Diseases", realizado de 3 a 5 de maio.

No evento, o acadêmico Eduardo Moacyr Krieger, um dos organizadores, falou sobre a importância da integração das academias através do esforço da Federação de Academias de Medicina. "O fato relevante, ao pensarmos este evento, foi promover a união e a colaboração entre as academias do hemisfério. A ideia é discutirmos as doenças não transmissíveis como as cardiovasculares e alguns tipos de câncer. Não tem sentido que as academias não colaborem entre si e não saibam o que se faz em cada país", disse Krieger.

Os acadêmicos, Marcelo Elizari, da Argentina, Luis Alber-

to Maldonado, da Bolívia, Benjamin Stockins, do Chile, Trevor Alleyne, de Trinidad Tobago, coordenados pela malásiana Lai-Meng Looi, abordaram aspectos relativos às doenças cardiovasculares em seus países, os fatores de risco como tabagismo, sedentarismo e alimentação inadequada, quais estudos epidemiológicos são conduzidos, as políticas adotadas e o que mais deveria ser feito para reduzir os índices de mortalidade pela doença. Um dos exemplos discutidos foi o da Bolívia, Embora no país as doenças cardiovasculares sejam a terceira causa de morte, nos últimos 10 anos o número de pacientes quadruplicou. Também participou dos debates iniciais o ex-ministro brasileiro da saúde, Adib Jatene.

Jatene iniciou sua conferência mostrando a importância

epidemiológica das doenças cardiovasculares tanto no Brasil, onde é responsável pela maioria dos óbitos, como também no mundo. Por isso, segundo ele, as medidas de prevenção são fundamentais, especialmente para os indivíduos de alto risco. "Neste campo, existem alguns mitos que precisam ser desfeitos. Primeiro, que são problemas apenas de países desenvolvidos. Segundo, que é um problema de saúde de pessoas ricas. E terceiro, que as doenças infecciosas afetam mais que as doenças cardíacas. Essas três alternativas são falsas." Jatene apresentou ainda dados da organização Mundial da Saúde, mostrando que as 17 milhões de mortes que ocorrem no mundo pelas doenças cardiovasculares representam 30% dos óbitos anuais — maior do que a soma das mortes por Aids,

doenças pulmonares e câncer. "Se não forem tomadas atitudes para reverter esse quadro, em 2020, estaremos diante de uma verdadeira epidemia", disse o acadêmico. O perfil de risco para as doenças cardiovasculares tem aumentando com a urbanização, o estresse emocional, o tabagismo, a dieta gordurosa e a diminuição de atividades físicas.

Em sua apresentação, o acadêmico brasileiro José Rodrigues Coura relatou as doenças mais frequentes na região amazônica. Nos dias atuais, ele citou doenças que ainda persistem como a malária, gastroenterites, leishmanioses e o alcoolismo, sendo este um problema grave de saúde, e outras atuais como a dengue, oncercose, hepatites virais. Ele abordou também a importância de projetos de vigilância como o Sivam/Sipam. (*Ascom da ANM*)

O tema da Reunião Magna 2012 da Academia Brasileira de Ciências (ABC) é "Ciência para o Desenvolvimento Sustentável", mas o debate instaurado nas sessões do primeiro dia ultrapassou os aspectos científicos e alcançou níveis de discussão política. O evento, que começou no dia 7 de maio, contou com a presença de autoridades de diferentes instituições científicas e boa parte das discussões se centrou na pesquisa e preservação da área de maior diversidade do planeta: a Amazônia.

"Estamos em um momento crítico do desenvolvimento, em que é necessária a contribuição da Ciência e Tecnologia para minorar seus impactos. A Amazônia é um enorme depósito de biodiversidade, e a preservação desse conjunto é fundamental", afirma José Galizia Tundisi, presidente do Instituto Internacional de Ecologia.

Tundisi foi o coordenador da sessão 'Água, Energia e Desenvolvimento: Desafios para um Brasil Sustentável', na qual foram discutidos assuntos como a escassez (natural e social) dos recursos hídricos e hidroeletricidade. O presidente da Empresa de Pesquisa Energética (EPE), Maurício Tolmasquim, foi um dos responsáveis por uma das palestras mais discutidas da sessão, na qual relatou os benefícios econômicos e ecológicos da hidroeletricidade.

O impacto ambiental e social da construção de hidrelétricas e reservatórios (uma opção cada vez mais rara) foi o motivador das discussões. Tolmasquim argumentou que, além dos benefícios financeiros e ecológicos desse tipo de energia renovável limpa ("representa apenas 0,3% das emissões de gases de efeito estufa", pontua), as hidrelétricas podem representar um avanço na qualidade de

Reunião Magna da ABC discute desenvolvimento sustentável

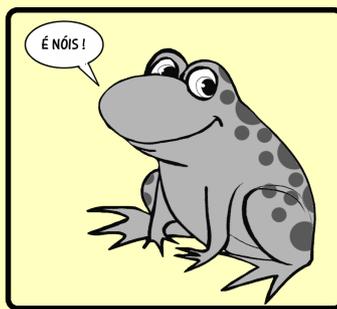
Agricultura, água, energia e florestas foram alguns dos assuntos do primeiro dia do evento.

vida das populações afetadas, com a construção de escolas, reforma de hospitais e melhoria das moradias.

Luiz Pinguelli Rosa, diretor da Coppe/UFRJ, lembrou o caso da hidrelétrica de Belo Monte, que "reduziu bastante sua área de inundação, o que diminuiu seu impacto". E sublinhou que a queixa em relação ao fator de capacidade de "apenas" 42% "é um equívoco", pois "em geral as hidrelétricas brasileiras têm um fator de 50% ou 55%". Tolmasquim pontuou que o projeto de Belo Monte foi refeito para não atingir áreas indígenas e que 60% da área que será ocupada são constituídos de vegetação secundária antropizada.

Áreas úmidas - A pesquisadora do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (Inpa), Maria Tereza Fernandes Piedade, detalhou a importância do ciclo hidrológico da região Norte, com foco nas áreas úmidas, aquelas nas quais a água predomina por um tempo suficiente para selecionar comunidades de plantas e animais. Elas representam de 25% a 30% da Bacia Amazônica.

Ela marcou as diferenças entre os rios de água branca (de regiões férteis), preta (originados nos sedimentos arenosos da Amazônia Central) e clara (de regiões com pouca fertilidade e com vegetação mais aberta) e ambientes alagáveis, como os igapós (com cerca de 100 mil quilômetros quadrados), inundados pelas águas claras ou pretas; e as várzeas (de extensão maior, como 300 mil quilô-



metros quadrados), inundadas pelas águas brancas, em cujas áreas vivem dois milhões de pessoas. E chamou a atenção para o fato de a atual versão do Código Florestal estabelecer o nível intermediário dos rios como marco para as Áreas de Preservação Permanente. "Para a Amazônia, isso significa deixar todas as florestas alagáveis fora de preservação", ressalta.

Por sua parte, a geógrafa Bertha Becker propôs a criação de um "Instituto do Coração Florestal" para planejamento estratégico e conservação da região, e atentou para a importância de garantir a eficiência energética do País. "Os cientistas podem ter uma atuação maior quanto a políticas públicas e empresas", sugere.

Florestas - O Código Florestal foi lembrado durante a sessão "Florestas", coordenada pelo biólogo Carlos Joly, pesquisador da Unicamp-Biota. A aprovação de seu texto pela Câmara dos Deputados no dia 25 de abril foi apontada por Jean Paul Metzger, professor do Instituto de Biociências da USP, como

uma "derrota" para a ciência.

A afirmação fez com que a presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), Helena Nader, se manifestasse para apontar que houve, sim, avanços e que existem "senadores e deputados que estão do nosso lado". Ela questionou a mobilização da comunidade a respeito não apenas do Código, mas também para reivindicar que recursos dos royalties do pré-sal sejam aplicados em C&T. "Acho que nós nos mobilizamos muito tarde [em relação ao Código] e a forma como atuamos foi linear e não transdisciplinar. Mas conseguimos abrir um canal de comunicação", reconsiderou Metzger após a intervenção da presidente da SBPC.

Por outra parte, o pesquisador do Inpa Adalberto Val e o pesquisador do Museu Paraense Emílio Goeldi Alexandre Aleixo descreveram o cenário amazônico a partir de sua diversidade e suas oportunidades. "A Amazônia é um arquipélago do ponto de vista geográfico", ressalta Aleixo, demonstrando as variações entre uma mesma espécie, de acordo com o local onde ela habita (como o lado esquerdo ou direito de um rio). "A ocupação não é homogênea", destaca.

Val conta que um dos principais "conflitos" da região implica aumentar o monitoramento das leis e investir na inclusão social e geração de renda para a população. E lembra que o principal gargalo, mais do que formar pesquisadores qualificados na região (existem dez universidades federais na Amazônia brasileira), é fixar essas pessoas. "É uma questão de segurança nacional. Mais de 50% das publicações sobre a região não têm autores brasileiros", alerta. **(Clarissa Vasconcellos - Jornal da Ciência)**

O ministro da Ciência, Tecnologia e Inovação, Marco Antonio Raupp, anunciou que pretende se reunir na próxima semana com diretores dos institutos de pesquisa vinculados ao MCTI, para analisar modelos institucionais de gestão. A reivindicação é uma antiga queixa dos órgãos, que se veem engessados por falta de governabilidade.

A declaração foi feita durante a Reunião Magna da ABC. "Talvez eu seja o primeiro ministro que tenha feito carreira nos institutos do MCTI, então eu me sinto comprometido a dar um bom encaminhamento a essa questão de como organizar os institutos numa base institucional para que tenham performance e uma governança adequadas", afirma Raupp.

O tema foi levantado por Gilberto Câmara, diretor do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe). "Os diretores dos institutos do MCTI que estão tentando fazer alguma coisa estão

Raupp vai discutir modelos de gestão com institutos

Em sua participação na Reunião Magna da ABC, o ministro voltou a defender as parcerias com empresas para a realização dos projetos.

convictos de que é extremamente difícil continuarmos operando no modelo atual, que gera ineficiência e incapacidade de ação e de resposta às demandas nacionais. É necessária uma reforma de modelo institucional", pontuou Câmara.

Diferenças - A diferença na figura jurídica dos órgãos é um ponto fundamental para garantir a governabilidade. A maioria das unidades de pesquisa funciona como autarquias, que têm mais dificuldade, em geral, por terem administração indireta e por estarem vinculadas à administração central (no caso, o governo federal ou estadual).

Mas há casos mais flexíveis, como o do Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT), que funciona como Sociedade Anônima; e os das Organizações Sociais (OS) com contrato de gestão (caso do Instituto Nacional de Matemática Pura e Aplicada - Impa, e do Centro Nacional de Pesquisa em Energia e Materiais - CNPEM), cujo acordo prevê a apresentação de indicadores que garantam a autonomia gerencial.

Flexibilidade - Raupp lamentou que alguns institutos tenham uma performance "raquítica" devido a suas limitações de gestão. "Quero discutir ideias com vocês. Claro que cada caso é um caso e não

dá para criar uma solução genérica para todos, mas temos que analisar como a gente pode dar condições a esses institutos. Eu espero influenciar isso significativamente", promete.

Entre os objetivos, o ministro citou o estímulo a uma flexibilidade de gestão, inclusive de gestão de recursos humanos, outro problema que vem atingindo os institutos, já que a reposição de pessoal nem sempre acompanha a velocidade dos projetos. Além disso, sugeriu que houvesse "uma espécie de contrato de gestão", no qual o instituto poderia ganhar mais confiança do financiador ao cumprir metas. "Essa é a ideia, mas é preciso ver a viabilidade na realidade", pondera. Raupp voltou a falar da importância de garantir financiamento a partir dos fundos setoriais e de captar parcerias com empresas, como forma de compensar os cortes no orçamento do Ministério. **(Clarissa Vasconcellos - JC)**

Como a nuvem ajuda na geração de dados científicos, de que maneira o coaxar dos sapos pode ser um indicador de estresse climático na Amazônia e onde vai parar a população mundial se o consumo desenfreado continuar. Esses foram alguns dos assuntos discutidos na Reunião Magna 2012 da Academia Brasileira de Ciências (ABC).

No evento foram realizadas sessões sobre desastres naturais, oceanos, tecnologia, formação para o desenvolvimento sustentável e economia verde. Gilberto Câmara, diretor do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), começou sua palestra falando da e-science, ciência tornada possível pelas Tecnologias da Informação (TI).

"As TI estão por trás de todo o esforço da ciência multidisciplinar", afirma Câmara. Ele aponta que, ao mesmo tempo em que as TI são essenciais para as pesquisas relacionadas a mudanças globais, essas mudanças também podem motivar novas pesquisas em tecnologia da informação, de modo que os dois aspectos necessitam um ao outro. O diretor do Inpe destacou a importância dessas tecnologias sobretudo na gestão de grandes bancos de dados. Ele conta que os pesquisadores em geral tendem a pensar em armazenamento e gerenciamento de informações como algo "pessoal", o que ameaça sua preservação.

Para isso, seria necessário popularizar cada vez mais o conceito de armazenamento em nuvem, de modo que as informações possam ser acessadas de qualquer plataforma e ainda tenham como ser compartilhadas. Além disso, Câmara alertou para o fato de que os cientistas tendem a "cortar" os gastos com preservação de dados na primeira oportunidade, o que seria uma grande ameaça às pesquisas.

Castanhas e sapos - Sandra Zanotto, professora e pesquisadora da Universidade do Estado do Amazonas, apresentou uma série de programas executados em localidades próximas a Manaus, que tinham como público-alvo professores e estudantes da rede pública de ensino fundamental e médio. Entre eles, projetos de monitoramento da qualidade da água consumida pela população e uma investigação sobre a presença de aflatoxina na castanha coletada na Terra Indígena Marajá, que obteve resultados para a melhoria na coleta, transporte e armazenamento desse fruto seco, fundamental para a geração de renda dessas populações.

Por sua parte, Eduardo Nakamura, do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (Inpa) e pesquisador da Universidade Federal do Amazonas, mostrou alguns casos que envolvem computação e sustentabilidade. Em um deles, foi reali-

Acadêmicos discutem mudanças nos padrões de consumo

As tecnologias para o desenvolvimento sustentável e economia verde marcaram as sessões da Reunião Magna da ABC.

zado, na área da universidade, o monitoramento de anuros, considerados bioindicadores de estresse ecológico. "Quando há declínio na população, é porque há algo errado", especifica Nakamura. Por meio da gravação do coaxar desses sapos, é possível estimar quantas e quais espécies estão presentes ou se há a presença de algum evento, como queimadas, por exemplo.

Pobreza e consumo - A sessão sobre Economia Verde foi coordenada por Ricardo Paes de Barros, da Secretaria de Assuntos Estratégicos do Governo, que acredita que, apesar de a questão das desigualdades do País estar "longe de ser solucionada", é importante equacionar a ideia de erradicação da pobreza com a de economia verde.

A relação foi desenvolvida pelos palestrantes que o seguiram, como Ricardo Abramovay, professor da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo. Ele destacou que o planeta está caminhando para mudanças positivas, com a ecoeficiência e o crescimento da responsabilidade social corporativa, mas que nada disso vai adi-

antar "se não houver a incorporação da ética no coração das decisões econômicas".

Ele alerta para os perigos do consumo desenfreado que vem marcando a era atual. Em 2020, prevê-se que cerca de cinco bilhões de pessoas estarão na faixa de renda considerada classe média e que, se o consumo continuar no ritmo atual, "as contas não fecharão". De acordo com Abramovay, apesar da ascensão de algumas classes, a desigualdade está se acentuando, principalmente nos países mais ricos, onde o 1% mais abastado concentra 24% da renda. Há trinta anos, os ricos concentravam 8% da renda. Ele também alerta para o gigantesco desperdício de alimentos (uma taxa de 40% em países desenvolvidos).

Por sua vez, Britaldo Silveira Soares Filho, da Universidade Federal de Minas Gerais, comparou o "valor" da Floresta Amazônica "em pé" com o valor do que seria a floresta devastada, e concluiu que a ocupação agrícola teria menos lucro se ocupasse mais terras florestais. "As florestas têm mais valor em pé do que derrubadas. Quanto maior o desmatamento, mais cai a produtividade da soja, pois

mudam-se os padrões climáticos", exemplificou.

Ainda dentro do tema, o pesquisador do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) José Gustavo Feres analisou se o advento da economia verde ameaça a política econômica tradicional. Ele lembrou o fenômeno de reprimarização na pauta da exportação brasileira. Trata-se da volta pela venda de *commodities* agrícolas, que hoje representam mais de 30% das exportações do País e cerca de 35% das da América Latina. Ele apresentou três cenários distintos na reconfiguração das exportações e mostrou que indústrias menos poluidoras têm mais chance de gerar mais empregos e mais massa salarial.

Desastres Naturais - Um estudo da resseguradora Swiss Re, que analisa o número e o impacto de desastres naturais em todo o mundo, foi apresentado na reunião. De acordo com a pesquisa, no Brasil, alagamentos e enchentes representam a maior parte dos 34 grandes desastres naturais registrados em dez anos. Esses desastres provocaram US\$ 2,8 bilhões em perdas. De acordo com o relatório, de 2004 a 2010, o País investiu US\$ 280 milhões em prevenção e US\$ 2,6 bilhões em ajuda emergencial a cidades afetadas. Hoje, 30 milhões de pessoas vivem expostas a algum tipo de risco de desastres naturais no País. **(Clarissa Vasconcellos - JC)**

Novos membros tomam posse na ABC

Conheça os novos acadêmicos e suas áreas de atuação.

Em solenidade realizada no dia 8 de maio, os 30 novos membros titulares da Academia Brasileira de Ciências (ABC) foram empossados. A cerimônia contou com a presença do ministro da Ciência, Tecnologia e Inovação, Marco Antonio Raupp, a presidente da SBPC, Helena Nader, do presidente da ABC, Jacob Palis, e representantes da Marinha, do Ministério da Educação, do governo do Rio de Janeiro e da Petrobras.

Os novos membros foram eleitos na Assembleia Geral Ordinária da Academia em dezembro de 2011. O processo de seleção inicia-se com a indicação de candidatos, que pode ser feita apenas por Membros Titulares da ABC, através do sistema eletrônico de votação ou por carta. Todos os indicados são avaliados por seus pares e a tabela com as notas recebidas por cada candidato é encaminhada para a Comissão de Seleção, que realiza as eleições. No ano passado, cerca de 70% dos acadêmicos votaram, destacando uma participação significativa no processo.

Confira quem são os novos Acadêmicos:

Ciências Matemáticas: Enrique Ramiro Pujals (Impa), Lorenzo Justiniano Díaz Casado (PUC-Rio) e Paolo Piccione (USP). Ciências Físicas: Antonio Martins Figueiredo Neto (USP), Nathan Jacob Berkovits (Unesp) e Ronald Dickman (UFMG). Ciências Químicas: Angela de Luca Rebello Wagener (PUC-Rio), Luiz Carlos Dias (Unicamp) e Vanderlan da Silva Bolzani (Unesp). Ciências da Terra: Cláudio Riccomini (USP), Icaro Vitorello (Inpe) e Jose Antonio Marengo Orsini (Inpe). Ciências Biológicas: Fábio de Oliveira Pedrosa (UFPR) e Fausto Foresti (Unesp). Ciências Biomédicas: Gilberto de Nucci (USP), Maria Júlia Manso Alves (USP) e Regina Pekelmann Markus (USP). Ciências da Saúde: Fernando Cendes (Unicamp) e Francisco Rafael Martins Laurindo (USP). Ciências Agrárias: Evaldo Ferreira Vilela (UFV) e Maria Fatima Grossi de Sá (Embrapa). Ciências da Engenharia: Álvaro Toubes Prata (UFSC), João Fernando Gomes de Oliveira (IPT-SP) e Victor Carlos Pandolfelli (UFScar). Ciências Sociais: Bolivar Lamounier (Augurium).

Além dos Membros Titulares, a ABC elegeu também acadêmicos correspondentes: Efim Zelmanov e Wendelin Werner (Ciências Matemáticas), Hugo Kubinyi (Cienc. Químicas), Meinrat O. Andreae e Victor Alberto Ramos (Cienc. da Terra), Christine Winterbourn e Michel Claudio (Cienc. Biomédicas), Miguel Burnier Jr e Moyses Szklo (Ciências da Saúde), Gérard Plateau, Marc Andre e Shankar Prashad (Ciências da Engenharia), James Heckman (Ciências Sociais).

Novo secretário - O engenheiro Álvaro Prata, empossado na turma de Ciências da Engenharia, será o novo secretário de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação do MCTI, com posse prevista para este mês. Ele é professor titular do Departamento de Engenharia Mecânica da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), instituição em que atua há 33 anos, e pesquisador nível 1A no Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). **(JC com ABC e MCTI)**

SBPC e ABC não querem veto total a Código Florestal

Durante a Reunião Magna da ABC, os presidentes das instituições ressaltaram que é necessário apontar vetos "específicos" em alguns pontos do texto aprovado, por meio de um documento que será enviado à presidente Dilma Rousseff.

A Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) e a Academia Brasileira de Ciências (ABC) manifestaram, durante a Reunião Magna da ABC, sua posição a respeito do que será necessário fazer para protestar contra o texto do Código Florestal aprovado no dia 25 de abril pela Câmara. Depois de repudiarem a decisão dos deputados por meio de seu Grupo de Trabalho, as instituições declararam que é fundamental "não radicalizar" em relação ao veto reivindicado por diversos setores da sociedade.

"Se radicalizarmos para veto total, não vamos a lugar nenhum", afirma Jacob Palis, presidente da ABC. "Na nossa visão, pedir o veto total é um retrocesso de tudo aquilo que SBPC e ABC fizeram", constata Helena. Para Palis, a articulação a respeito do Código "é uma questão estratégica". "Muitos dos colegas propuseram o veto total. Isso nos isola. Nossa estratégia é pedir vetos em pontos importantes e [retomar] avanços que existiram", esclarece o presidente da ABC. Ele tampouco descarta a ideia de propor uma Medida Provisória ou uma Lei "que restaure na integralidade os pontos e avanços que houve nesse processo".

A presidente da SBPC manifestou-se após alguns palestrantes da Reunião Magna afirmarem que a ciência sofreu "uma derrota" com a aprovação do Código. "Estou me sentindo como se todo o trabalho que foi desenvolvido há vários anos pelas duas instituições fosse uma grande derrota. Eu não concordo, e realmente acho que tivemos e que vamos ter avanços. É muito fácil discutir nessa sala. Mas quantos foram a Brasília? Quantos podem parar seus afazeres?", questionou Helena, citando a pouca mobilização da comunidade a respeito da destinação de recursos dos royalties do pré-sal para Educação, C,T&I.

Carta a Dilma - Ela destacou que "houve algumas vitórias" em relação ao texto do Código. "Parece que as duas instituições só apanharam. O Senado introduziu coisas que a gente queria e alguns dos itens que foram colocados na Câmara também atendem à gente. Não podemos generalizar. Temos é que fazer críticas", afirma.

Palis e Helena serão os responsáveis por assinar e enviar

o documento à presidente, o que deve ocorrer ainda esta semana. De acordo com a presidente da SBPC, ainda não há um acordo total a respeito dos pontos que devem ser levantados na carta, mas serão destacados itens que ameacem "a soberania nacional" e "a qualidade de vida".

De acordo com Helena, certamente também serão questionadas as decisões sobre as Áreas de Preservação Permanente (APPs), as áreas úmidas da Amazônia (que trazem grande variação no leito dos rios e várzeas) e a ineficiente ocupação da terra pela pecuária. "Há um espaço muito grande para recuperar áreas, que poderiam servir para agricultura e para recompor florestas", especifica Helena.

Sem partido - A presidente da SBPC sublinhou que não existe "uma bancada de cientistas" (o que dificulta as reivindicações da comunidade) e que é "errado" afirmar que os ruralistas não conhecem ciência. "Eles conhecem e são articulados, coisa que falta a nós", pontua. "Não gosto do termo ambientalista e ruralista. Nós somos cientistas", sublinha, lembrando que a carta terá "base científica". "Senão, [a discussão] fica político-partidária. E a ciência não tem partido", sentencia.

Helena ressalta que a ciência está presente não apenas na conservação do meio ambiente, mas também na agricultura, "com dados científicos". "Temos muito orgulho do que aconteceu com nosso país. Eramos importadores de alimentos e hoje exportamos. Podemos fazer isso hoje até na África, onde o terreno é muito parecido, inclusive a Embrapa já está em Gana. Mas tudo dentro da chamada economia verde", pondera, insistindo, mais de uma vez, que é preciso "continuar lutando".

Prazo - O texto do Congresso Nacional sobre o Código Florestal foi protocolado no dia 7 de maio na Casa Civil. A presidente Dilma Rousseff tem até dia 25 de maio para sancionar ou vetar — parcial ou totalmente — o texto aprovado pela Câmara dos Deputados no último dia 25. O veto é analisado pelo Congresso e pode ser derrubado se houver maioria absoluta no Senado e na Câmara. **(Clarissa Vasconcellos - Jornal da Ciência)**

Universidades da Amazônia podem se transformar em faculdades

A resolução do Conselho Nacional de Educação (CNE) que obriga as instituições de ensino superior, federais e privadas, a terem dois cursos de mestrado e quatro de doutorado até 2016 para manterem o título de universidade mobiliza o sistema de ensino superior da Região Norte.



O alerta sobre as dificuldades para se cumprir a meta foi dado por Selma Baçal, pró-reitora de Pesquisa e Pós-Graduação da Universidade Federal do Amazonas (Ufam), que destacou a ausência de cursos de doutorado em parte das universidades federais presentes na Região Norte do Brasil.

"Este é um drama que vivem os reitores e pró-reitores de pós-graduação, cujas instituições correm o risco de passar para categorias de faculdades isoladas", afirmou ela, ao participar da mesa-redonda "Pós-graduação Stricto Sensu: Demanda Amazônica", evento que encerrou a programação da Reunião Regional da SBPC realizada entre os dias 27 e 29 de abril no campus avançado da Universidade Federal do Oeste do Pará (Ufopa), na cidade de Oriximiná (PA). Além de Selma Baçal participaram da mesa-redonda Claudio Guedes Salgado, professor da Universidade Federal do Pará (UFPA), e Rodrigo da Silva, professor da Ufopa.

Entre as instituições citadas por Selma Baçal que precisam se estruturar para atingir as metas obrigatórias para 2016 estão universidades como a Federal do Acre e de Roraima, por exemplo. Ambas não têm cursos de doutorado e precisam organizá-los em um curto espaço de tempo, tarefa difícil dada a falta de professores com grau de doutor para lecionar, entre outros problemas do ensino superior na região. Segundo ela, dois grandes desafios se impõem para o sistema de ensino superior: a formação, atração e fixação de recursos humanos e a obtenção de recursos para bolsas e infraestrutura para ensino e pesquisa.

Carências - Em sua apresentação, Rodrigo da Silva, da Ufopa, pontuou as dificuldades enfrentadas pela região amazônica no desenvolvimento de um sistema de pós-graduação mais

robusto. "Curso de pós não se faz sem ter uma base científica, sem ter pesquisa de qualidade instalada. Qualidade se faz com a natureza humana de que a gente dispõe nesses cursos, mas é preciso estabelecer condições de pesquisa adequadas", destacou.

"Temos de assumir as dificuldades que temos, e são muitas. Precisamos da união dos nossos gestores de universidades, que devem correr atrás dessa capacitação de infraestrutura física para garantir velocidade maior em termos de ganhos de quantidade e qualidade nas pesquisas", acrescentou. Para ele, um dos principais desafios é atrair doutores para as instituições da região, capazes de formar grupos de pesquisa nas diferentes áreas do conhecimento. Mas convencer os pesquisadores a irem para a Região Norte depende de fornecer condições adequadas de trabalho.

O professor também falou da grande dificuldade de separar laboratórios de pesquisa para uso da graduação. "Temos de qualificar nossos graduandos, trazer desde cedo os alunos para dentro dos laboratórios de pesquisa", recomendou. Outro problema é que muito ainda precisa ser construído na Amazônia. "Tem doutores que querem chegar na região e já produzir. Não querem chegar e ter que construir prédios", disse, acrescentando que existe ainda um problema político. Quando muda a administração, é comum mudarem também os pesquisadores de instituição, depois dos docentes terem lutado para constituir um centro de pesquisa.

Ele também falou que os quesitos de produtividade das agências de fomento não levam em conta as horas de esforço e trabalho que um pesquisador tem para constituir um novo centro de pesquisa em uma universidade. Ainda sobre a questão de infraestrutura, Silva lembrou que a Ufopa, por exemplo, conseguiu uma série de equipamentos, mas vários ainda estão encaixotados porque não há local construído para serem instalados. "Também faltam técnicos para manipular e fazer a manutenção dos equipamentos. Precisamos de planejamento e reconhecimento dos gestores dos institutos de pesquisa para que invistam nisso", prosseguiu. **(Janaina Simões - SBPC)**

Já faz anos que o governo brasileiro tenta estimular uma indústria nacional de alta tecnologia, permeada pelo conceito de inovação. Agora, uma contribuição importante emanada da própria comunidade científica pode ajudar a fazer essa "ligação direta" entre a pesquisa e a indústria, com um planejamento estratégico efetivo.

Um documento produzido pela Sociedade Brasileira de Física (SBF), em parceria com o Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE), com apoio da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), pode começar a desfazer o véu de mistério que existe no estímulo a uma conexão efetiva entre o setor produtivo e a academia.

O relatório "A Física e o desenvolvimento nacional" é fruto de um longo trabalho, que envolveu a produção de um livro sobre as perspectivas dos diversos ramos da Física no Brasil nos próximos cinco anos e a realização de dois grandes *workshops*, ocorridos entre o fim do ano passado e fevereiro deste ano, com a participação de pesquisadores, representantes do governo e grandes players corporativos. Sua meta básica é diagnosticar os desafios e apontar soluções para introduzir melhor os físicos (e o potencial inovador que vem com eles) na indústria brasileira.

"É um passo fundamental, ainda que inicial, para que consigamos alavancar essa relação tão importante para o futuro do País", diz Celso de Melo, presidente da SBF. "Esperamos

SBF apresenta censo da comunidade de Física no Brasil

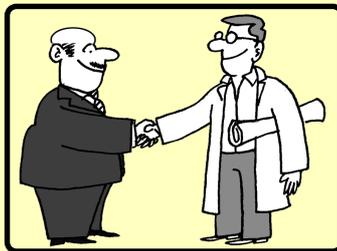
Relatório preparado pela SBF, CGEE e Finep tenta promover "ligação direta" entre pesquisa e indústria.

que a este relatório sigam-se outros, de forma que tenhamos subsídios para um planejamento estratégico efetivo e sempre atual para a Física brasileira, em favor do desenvolvimento."

Censo - Uma das grandes virtudes do novo trabalho foi basear suas conclusões num censo detalhado, que retrata a atual organização da comunidade de física no Brasil. Estima-se que hoje no País o número total de físicos seja da ordem de 10 mil, com 20% dele composto por estudantes de graduação.

O censo revelou que ainda há espaço para expansão da presença de cientistas dentro das grandes empresas. Dos 2.651 mestres e doutores com emprego formal no Brasil (dados de 2009), apenas cerca de 270 exerciam atividades na área de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PD&I) em empresas ou entidades sem fins lucrativos.

"Estes físicos, em sua maioria, atuavam em setores prioritários da política industrial, tecnológica, de serviços e de comércio exterior. As principais ocupações relacionavam-se com atividades econômicas associadas à indústria extrativa e à de transformação, atividades profissionais científicas e técnicas e à



defesa, sendo que o número de físicos nas três primeiras áreas correspondia a cerca de 10% do de engenheiros", diz o relatório.

O mapeamento da comunidade mostrou que há um equilíbrio entre físicos teóricos e experimentais — 35% do total nos dois casos —, com outros 26% dedicados ao ensino. Os 4% remanescentes encontram-se em atividades de gestão.

Responsabilidades - Durante muito tempo, a comunidade científica simplesmente ignorou sua baixa presença na indústria, argumentando simplesmente que não havia interesse por parte do setor produtivo. "Era como se os físicos fossem os heróis e salvadores da pátria e que a indústria teria ficado devendo o dever de casa", afirma Eduardo do Couto e Silva, físico do CGEE e coordenador do relatório.

O matemático José Raimundo Braga Coelho foi nomeado presidente da Agência Espacial Brasileira (AEB). O decreto da sua nomeação, assinado pela presidente Dilma Rousseff, foi publicado na edição do dia 4 de maio, do *Diário Oficial da União*.

Eis, a seguir a primeira declaração do novo presidente:

"Minhas primeiras palavras são dirigidas à presidente Dilma Rousseff. Muito agradeço à Sua Excelência pela confiança em mim depositada, ao me oferecer a oportunidade ímpar de presidir a Agência Espacial Brasileira, o principal órgão executor de nossa política espacial, parte imprescindível do histórico esforço nacional de desenvolvimento sustentável com forte e inédita inclusão social em que o Brasil está — felizmente — empenhado há vários anos.

Sou grato também ao companheiro de jornadas inesquecíveis em prol do progresso da ciência, da tecnologia e da inovação em nosso país, o ministro Marco Antonio Raupp, de quem tenho orgulho de ser velho amigo e a quem tenho a enorme responsabilidade de suceder no

José Raimundo Braga Coelho assume presidência da AEB

comando do programa de atividades espaciais brasileiras. Sem desmerecer nenhum dos ministros da Ciência e Tecnologia anteriores, permitam-me dizer que o professor Raupp é o nosso primeiro ministro da Ciência, Tecnologia, Inovação e Espaço, porque ele veio da área espacial, onde já realizou uma obra marcante. Vou trabalhar sob sua orientação direta. Vamos estar juntos, lado a lado, dando continuidade ao que melhor se fez até hoje desde a fundação da Agência, em 1994, bem como desbravando novos caminhos e desenvolvendo novas soluções.

Vamos trabalhar em equipe, ouvindo e prestigiando o senso de iniciativa e o talento de nossos técnicos e especialistas.

Temos grandes e nobres tarefas pela frente: precisamos abrir novas e promissoras perspectivas para o Programa Espacial Brasileiro; acelerar a implementação de nossas ações;

lançar em novembro próximo o CBERS-3 e diversificar o programa de satélites sino-brasileiros; levar adiante nosso programa de lançadores; incrementar a mais profunda participação das empresas industriais brasileiras, bem como das universidades e centros de pesquisa tecnológica em nossos projetos espaciais; lançar no prazo estabelecido o primeiro satélite geostacionário brasileiro com base num empreendimento público-privado entre Telebras e Embraer. Desafios não nos faltam. Decisão de enfrentá-los e superá-los, também não. Mãos à obra".

Currículo - Matemático, José Raimundo Braga Coelho foi professor do Departamento de Matemática da Universidade de Brasília (UnB), da PUC do Rio de Janeiro, e do Departamento de Ciência da Computação da Universidade de Nova York, EUA.

"Não é bem assim. É uma questão de necessidade do País o fomento da ciência e tecnologia aliado ao aumento de competitividade das empresas. Todos que podem contribuir diretamente, como é o caso da física, deveriam fazê-lo pelo interesse de ter um País melhor. Não é simplesmente olhar para a indústria, mas importante também é a física perceber que pode ter um impacto na vida dos brasileiros."

Para permitir esses avanços, o documento sugere caminhos a serem trilhados, por meio de recomendações claras e de implementação rápida. São elas: estimular a criação de centros de excelência em parceria com as empresas, criar um observatório de Física para a inovação, fazer uma autoavaliação da Física brasileira a cada cinco ou dez anos para subsidiar um planejamento estratégico, identificar com precisão o número de físicos nas empresas e sua titulação e o dos pesquisadores em instituições de ensino que realizam parcerias com as empresas, estimular a participação da Física brasileira em programas internacionais de pesquisa e atividades multidisciplinares, criar programas de estágio nas empresas para estudantes de Física e disseminar o potencial de empregabilidade dos físicos nos Institutos de Ciência e Tecnologia (ICT) e nas empresas.

Para ler a íntegra do trabalho, acesse: <www.sbfisica.org.br/v1/arquivos_diversos/publicacoes/Relatorio_SBF.pdf>. (Ascom da SBF)

Na UnB, ocupou também os cargos de chefe de Departamento de Matemática e de vice-diretor do Instituto de Ciências Exatas. Foi membro da Comissão de Implantação do Instituto Politécnico do Rio de Janeiro (IPRJ), e o primeiro diretor de Ensino. No Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), exerceu várias funções de gerenciamento de alto nível, entre elas, a gerência geral do CBERS - China Brazil Earth Resource Satellites e a vice-diretoria do Departamento de Engenharia. Na AEB, prestou assessoria à presidência. Na Agência de Águas e Saneamento Adasa-DF foi diretor de Planejamento. No Parque Tecnológico - São José dos Campos (SP) - diretor Técnico e de Operações e diretor-geral. Na SBPC foi diretor tesoureiro durante os três últimos mandatos consecutivos.

Desde janeiro, a AEB estava sob o comando interino do pesquisador e diretor de Satélites, Aplicações e Desenvolvimento da agência, Thyro Villela Neto. De acordo com a AEB, a cerimônia de posse está prevista para esta semana. (JC e AEB)

Governo confirma reajuste de 10% em bolsas de pós-graduação

Os presidentes da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) anunciaram o valor do reajuste das bolsas de mestrado e doutorado oferecidas pelas duas agências. Durante o 23º Congresso Nacional de Pós-Graduandos, em São Paulo, o presidente do CNPq, Glaucius Oliva, informou que o aumento será dado em duas parcelas. O primeiro reajuste será de 10% a ser pago a partir de julho.

"A verba sairá exclusivamente da CNPq e acredito que isso ocorra também com a Capes, pelo fato de que não recebemos reajustes em nosso orçamento. Esperamos chegar em breve a um aumento de 40%, como os estudantes reivindicam e como é justo, mas precisamos de pelos menos 120 milhões na conta. Vamos trabalhar juntos para que isso ocorra e para que a ciência e tecnologia recebam os holofotes que merecem", avaliou Oliva.

Os benefícios estavam congelados desde 2008. Atualmente, o valor da bolsa de mestrado é R\$ 1,2 mil e a de doutorado, R\$ 1,8 mil. Segundo Oliva, a segunda parcela do reajuste será paga no início de 2013, com um índice ainda a ser definido. O presidente do CNPq disse que o próximo aumento irá corrigir a inflação do período. Entretanto não explicou se o aumento irá cobrir a inflação acumulada do período em que as bolsas ficaram sem reajuste (2008-2012) ou apenas de 2012 para 2013.

"Há um compromisso assumido pelos nossos ministros [da Educação e da Ciência, Tecnologia e Inovação, ministérios aos quais a Capes e o CNPq estão vinculados] de que no início de 2013 vamos completar esse aumento com a inflação corrigida porque vamos incluir isso no Projeto de Lei Orçamentária de 2013", explicou o presidente do CNPq.

A Associação Nacional de Pós-Graduandos (ANPG) reivindicava uma correção de 40% no valor dos benefícios. Mas para a ex-presidente da entidade, Eliângela Lizardo, o reajuste é uma boa notícia, ainda que não atenda às expectativas dos estudantes. "Comemoramos a vitória do reajuste e apresentamos, imediatamente, a nossa pauta. Continuaremos reivindicando o aumento necessário no nosso cálculo para melhorar as condições de desenvolvimento da nossa pesquisa."

Em 2011 a Capes distribuiu 71 mil bolsas de mestrado e douto-

rado e o CNPq mais 20 mil. Na última avaliação trienal realizada pela Capes, no ano de 2010, registrou-se um crescimento de cerca de 20% no número de cursos de pós-graduação em relação à avaliação anterior realizada em 2007. Hoje, são mais de 2.700 cursos de mestrado e 1.600 de doutorado.

Congresso - De 3 a 6 de maio, cerca de dois mil estudantes de pós-graduação de todo o Brasil se reuniram no 23º Congresso Nacional de Pós-Graduandos, organizado pela Associação Nacional de Pós-Graduandos (ANPG), em São Paulo, com o tema "Desafios Brasileiros".

O encontro elegeu a nova presidente da ANPG. A capixaba Luana Bonone é pós-graduanda em Comunicação e Semiótica pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Luana, diretora de comunicação da ANPG na última gestão e ex-presidente da União Estadual dos Estudantes de Minas Gerais (UEE-MG), terá agora o desafio de representar milhares de estudantes pós-graduandos, conhecendo a realidade de cada APG e debatendo soluções para a pesquisa de excelência.

"O principal desafio da nossa gestão é fortalecer o movimento nacional de pós-graduandos, ter uma APG em cada universidade, em todos os estados. Isso para ter um movimento forte e poder lutar e conquistar os 40% de reajuste nas bolsas e construir uma política permanente para os pós-graduandos. Enfim, alcançar uma pós-graduação a serviço do desenvolvimento do Brasil", disse a nova presidenta.

Considerado o mais importante encontro dos estudantes pós-graduandos, o Congresso da ANPG definiu os rumos do movimento para os próximos dois anos através de um calendário nacional de atividades. Participaram da votação 283 delegados, dos 489 inscritos. Todo processo do Congresso atingiu mais de 45 instituições de ensino superior, em 18 estados brasileiros. Com o tema "Desafios Brasileiros", o encontro serviu também para convocar uma grande caravana rumo a Brasília, em defesa do reajuste de 40% do valor atual das bolsas de mestrado e doutorado, de uma política permanente de valorização das bolsas de pesquisa, bem como de ampliação das mesmas. Essa será a primeira de uma série de ações que darão sequência à Campanha Nacional de Bolsas. (Ascom ANPG)

SE: R\$ 4,5 mi para pós-graduação

A Fundação de Apoio à Pesquisa e à Inovação Tecnológica do Estado de Sergipe (Fapitec) lançou duas chamadas públicas em parceria com a Capes. O acordo com a Capes prioriza as áreas de competências relevantes para o desenvolvimento acadêmico e para o incremento de projetos de inovação, com o objetivo de capacitar profissionais de alto nível em áreas estratégicas de Sergipe. O investimento total das duas chamadas é de R\$ 4,5 milhões.

O primeiro edital prevê aporte em ações voltadas para a mobilidade de pesquisadores e para o aumento da cooperação acadêmica da pós-graduação em Sergipe. A submissão das propostas pode ser feita até 7 de junho. O objetivo é promover a consolidação de programas *stricto sensu*.

O segundo edital é referente ao Programa de Estímulo ao Aumento da Efetividade dos Programas de Pós-Graduação em Sergipe (Proef). A proposta é proporcionar melhores condições para a formação de recursos humanos, a produção e o aprofundamento do conhecimento nos cursos *stricto sensu*, ministrados pelas instituições de ensino superior (IES). As inscrições podem ser feitas até 11 de junho. Confira a íntegra das chamadas no site <www.fapitec.se.gov.br>. (Fapitec)

AM: R\$ 1,6 mi para incubadoras

A Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação do Amazonas vai realizar, no dia 15 de maio, o 5º Fórum de Inovação do Estado do Amazonas. Durante o evento, haverá o lançamento do edital voltado ao fortalecimento das incubadoras regionais. A iniciativa, inédita no estado, é uma parceria entre a Secti-AM e a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas.

Com investimento de R\$ 1,6 milhão da Fapeam, o edital é direcionado a instituições de ensino e pesquisa e incubadoras. A finalidade é fomentar a criação de novas incubadoras no estado e o fortalecimento das já existentes. O edital possui três linhas de atuação: criação de incubadoras na capital e no interior; fortalecimento de incubadoras mediante apoio técnico e qualificação de pessoal; e estímulo à implantação de uma rede de incubadoras a partir das já existentes.

Confira mais detalhes do evento no site <www.secti.am.gov.br>. (Secti-AM)

Faperj: R\$ 2,5 mi para esportes

A Faperj acaba de lançar o edital de Apoio ao Desenvolvimento de Inovações no Esporte no Estado do Rio. Esta é a segunda edição deste programa, criado em 2010. A ideia é que as propostas tenham em vista a massificação da prática esportiva no estado; o estabelecimento da excelência da prática esportiva; a capacitação e a atualização de treinadores; a melhoria da infraestrutura necessária às diferentes práticas do esporte; o desenvolvimento de equipamentos e de soluções tecnológicas; e a introdução de novos materiais no desenvolvimento e produção de equipamentos esportivos.

Podem ser proponentes equipes formadas por pesquisadores com vínculo empregatício em instituições de ensino e pesquisa no estado; empresas públicas fluminenses que executem atividades de pesquisa em ciência, tecnologia ou inovação; empresas brasileiras e sociedades cooperativas relacionadas ao esporte no estado; inventores independentes e empreendedores individuais residentes no estado.

Com um total de recursos de R\$ 2,5 milhões, que serão pagos em duas parcelas, as propostas devem ser submetidas até 19 de julho.

O edital está disponível em <www.faperj.br>. (Faperj)

SC: Vagas para o NovaEconomia@SC

O projeto Polos Industriais, do programa Nova Economia@SC, promovido pela Secretaria do Desenvolvimento Econômico Sustentável (SDS), de Santa Catarina, está aberto para receber novas micro e pequenas empresas (MPes). O programa conta com o apoio do Sebare/SC.

Novos acordos no âmbito do programa foram assinados no dia 4 de maio. Os acordos abrangem os polos da indústria de bebidas e alimentos; móveis; madeireiro; confecções; e metal mecânico.

Além do Polos Industriais, os projetos Juro Zero, Polos de Economia Verde, Desenvolvimento Territorial e Ilumina fazem parte do Nova Economia@SC. O programa teve sua primeira apresentação em Lages, há um mês. Desde então, passou por Blumenau, Chapecó, São Miguel do Oeste, Criciúma, Itajaí e Joaçaba.

Saiba mais sobre o programa no site <www.sds.sc.gov.br>. (Portal da Ilha)

Breves

México – O parlamento do México aprovou a Lei Geral de Mudanças Climáticas, que estabelece, entre outras disposições, um prazo para que até 2020 as emissões de dióxido de carbono tenham reduzido em 30% os níveis referentes ao ano 2000. A legislação estabelece que 35% da eletricidade do país sejam provenientes de fontes renováveis até 2024, exige relatórios de emissões de grandes instituições e incentiva o estabelecimento de um mercado de carbono. A lei contempla também a criação de um Instituto Nacional de Ecologia e Mudanças Climáticas para coordenar as pesquisas sobre proteção e preservação do meio ambiente.

Prematuros – De acordo com um relatório divulgado pelas Nações Unidas, em torno de 15 milhões de bebês no mundo, mais de um a cada dez nascimentos, são prematuros. O relatório mostra que mais de um milhão de bebês prematuros morrem no parto e que, destes, três quartos poderiam sobreviver sem grandes custos, bastaria apenas alguns cuidados e tratamentos que estão disponíveis. Mostra também que nascer prematuro é a segunda maior causa de morte de menores até cinco anos e que a maioria dos prematuros sobreviventes leva alguma deficiência, psicológica, educacional ou física para o resto da vida.

Título - Em cerimônia conjunta, cinco universidades do Rio de Janeiro concederam o título de Doutor "Honoris Causa" ao ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva. A comenda é atribuída a personalidades que tenham se destacado pelo saber ou pela atuação em prol das artes, das ciências, da filosofia, das letras ou do melhor entendimento entre os povos. O título foi concedido pela UFF, Unirio, UFRJ, UFRJ e Uerj.

Guia – A Organização Internacional do Trabalho (OIT) acaba de lançar um guia para promover empregos seguros e saudáveis na economia verde. O relatório divulgado sustenta que, embora a "ecologização da economia não garanta automaticamente trabalhos decentes, seguros e saudáveis", ela oferece uma oportunidade de aumentar a saúde e a segurança no emprego. Mas para aproveitar o momento é preciso identificar os riscos profissionais já na fase de concepção dos projetos, recomenda o relatório. A OIT acrescenta que o conceito de empregos verdes refere-se a trabalhos que protejam a biodiversidade.

Genoma - Uma ferramenta desenvolvida por um grupo de pesquisadores do Brasil e dos Estados Unidos deverá ajudar a comunidade científica a estudar inúmeros aspectos do complexo genoma da cana-de-açúcar. Um artigo publicado no veículo de acesso aberto BioMed Central Research Notes descreveu a construção e sequenciamento da biblioteca de Cromossomo Artificial de Bactéria (BAC) de uma importante variedade comercial de cana-de-açúcar. As bibliotecas BAC são consideradas ferramentas fundamentais para a caracterização detalhada de regiões cromossômicas que contêm genes de interesse. O genoma da cana-de-açúcar possui cerca de 750 milhões de nucleotídeos — as "letras" que formam o código genético —, o que torna seu sequenciamento extremamente complexo.

VAI ACONTECER

Tome Ciência - De 12 a 18/5 – Esporte tem ciência. Na RTV Unicamp, da Universidade Estadual de Campinas (canal 10 da Net Campinas), às 15h dos sábados, 21h dos domingos, às 15h das terças e às 24h das quintas-feiras. Na TV Alerj, da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, às 20h dos domingos, com reprises às 20h30 das quintas, por satélite e pelos sistemas a cabo das seguintes cidades do estado: Angra dos Reis (14), Barra Mansa (96), Cabo Frio (96), Campos dos Goytacazes (15), Itaperuna (61), Macaé (15), Niterói (12), Nova Friburgo (97), Petrópolis (95), Resende (96), Rio de Janeiro (12), São Gonçalo (12), Teresópolis (39), Três Rios (96) e Volta Redonda (13). Na TV Ales, da Assembleia Legislativa do Estado do Espírito Santo (canal 12 da Net), às 12h30 das quintas-feiras, com reprises durante a programação. Na TV Assembleia, da Assembleia Legislativa de Mato Grosso do Sul (em Campo Grande pelo canal 9, em Dourados pelo canal 11, em Naviraí pelo canal 44, às 20h dos sábados, com reprises durante a programação. Na TV Assembleia do Piauí, às 12h dos sábados e às 20h dos domingos, pelo canal aberto (16) em UHF, em Teresina, e nas reprodutoras de 22 municípios do Piauí e um do Maranhão. Na TV Câmara Angra dos Reis, da Câmara Municipal de Angra dos Reis (canal 14 da Net e internet), às 19h das quartas-feiras, com reprises durante a programação. Na TV Câmara, da Câmara Municipal de Bagé (canal 16 da Net) durante a programação e no horário fixo das 20h das quintas-feiras. Na TV Câmara Caxias do Sul, da Câmara Municipal de Caxias do Sul/RS (canal 16 da Net), às 12h dos sábados, com reprises às 12h dos domingos, 16h das segundas, 16h das terças, 16h das quartas, 16h das quintas e 20h15 das sextas-feiras. Na TV Câmara de Jahu, da Câmara Municipal de Jauá/SP (canal 99 da Net), às 21h dos sábados e 14h dos domingos. Na TV Câmara de Lavras, transmitida pelo canal 15 da Mastercabo, às 18h dos sábados e domingos. Na TV Câmara Pouso Alegre, da Câmara Municipal de Pouso Alegre/MG, transmitida em sinal aberto de TV Digital (59) e pelo canal 21 da Mastercabo, sempre às 18h30 das sextas, com reprises durante a programação. Na TV Câmara de São Paulo, da Câmara Municipal de São Paulo (canal 13 da NET, 66 e 07 da TVA), às 13h dos domingos e 15h das segundas, com reprises durante a programação. Na TVE Alfenas, afiliada da Rede Minas, em canal aberto (2) e no cabo (8) em Alfenas e por UHF aberto nas cidades de Areado (54) Campos Gerais (23) e Machado (31), sempre às quintas, a partir das 17h. Na TV Feevale, da Universidade Feevale de Novo Hamburgo/RS (canal 15 da Net), às 9h das terças e quintas-feiras, com reprises durante a programação. Na TV Ufam, da Universidade Federal do Amazonas (canal 7 e 27 da Net), com estreia semanal às 16h dos sábados e reprises durante a programação. Na TV UFG, da Universidade Federal de Goiás, transmitida em canal aberto (14), aos sábados, às 15h. Na TV UFPR, da Universidade Federal do Paraná, pelos canais 15 da Net e 71 da TVA, às 17h dos sábados. Na TV Unifev, do Centro Universitário de Votuporanga/SP, transmitida em canal aberto (55) UHF para mais 25 municípios da região, nos fins de semana, com estreias aos sábados, às 18h, e reprises às 12h dos domingos. Na TV Unifor, da Universidade de Fortaleza, transmitida pelo canal 4 da Net, nos dias ímpares dos meses ímpares e dias pares dos meses pares, sempre nos horários de 10h30, 15h30 e 22h30. Na TV Univap, da Universidade do Vale do Paraíba, com duas exposições diárias em horários rotativos, sempre nos canais a cabo, 14 das cidades de São José dos Campos, Jacareí e Taubaté. UNOWEBTV, da Universidade Comunitária da Região de Chapecó(SC), transmitida pelo canal 15 da Net local, com estreia às 21h dos sábados e reapresentações às terças e quintas-feiras às 21h. Os programas também podem ser assistidos na página: <www.tomeciencia.com.br>.

2º Workshop da Associação Brasileira de Pesquisadores Polares em Início de Carreira (APECS-Brasil) - De 14 a 17/5, em Rio Grande (RS). <<http://apecs-brasil-iworkshop-invitation.blogspot.com.br/>>

Conferência USP sobre o Mar - De 16 a 18/5, em São Paulo. <www.inovacao.usp.br/uspconferencias/mar/index.html>

7º Sítio Internacional de Materiais Avançados e Nanoestruturas - De 20 a 23/5, em Sorocaba (SP). <<http://samba-df.fc.unesp.br/isam>>

12ª Conferência Anpei de Inovação Tecnológica - De 11 a 13/6, em Joinville (SC). <www.anpei.org.br>

10º Congresso Latino-Americano e do Caribe (Clia) e 41º Congresso Brasileiro de Engenharia Agrícola (Conbea) - De 15 a 19/7, em São Paulo. <www.sbea.org.br>

5th LNCC Meeting on Computational Modeling - De 16 a 19/7, em Petrópolis (RJ). E-mail: <tathi@lncc.br>. <www.lncc.br/eventoSeminariorEventoconsultar.php?id_evento=976>

10º Congresso Internacional de Biologia Celular e 16º Congresso Brasileiro de Biologia Celular - De 25 a 28/7, no Rio de Janeiro. <www.sbbc.org.br/iccb>

4ª Conferência Internacional de Química Verde (4th ICGC) - De 25 a 29/8, em Foz do Iguaçu (Pr). <www.ufscar.br/icgc4>

4º Encontro Internacional de História Colonial - De 3 a 6/9, na Universidade Federal do Pará, em Belém. <www.ufpa.br/cma/eihc_belem>

Oportunidade

Programa DAAD: Curso de Inverno de Língua e Cultura Alemã - Inscrições até 11/6. <www.daad.org.br/pt/18311/index.html>

Livros & Revistas

A Sociologia Reconstruída. De Abdias Moura. Em sua nova obra, o autor faz uma síntese do seu pensamento sociológico, que já havia sido abordado. A publicação é o resultado de um trabalho de seis anos, com ideias de alguns de seus artigos já publicados. Em seu método, o professor utiliza esquemas para interligar as diversas áreas da sociologia, mostrando como funciona a sociedade. Segundo ele, o ensino tradicional, que fragmenta a sociologia, dificulta a compreensão prática do conteúdo. Editora Universitária <www.edufpe.com.br>

Educação Científica e Cidadania: Abordagens teóricas e metodológicas para a formação de pesquisadores juvenis. Organizado por Maria Aparecida Moura, o livro foi produzido com a colaboração de 27 especialistas com o objetivo de ampliar o desenvolvimento de atividades de pesquisa com foco no público juvenil e apresentar novas formas de explorar os conteúdos. Segundo a organizadora, o advento das tecnologias digitais em rede gerou transformações que exigem concepção mais clara sobre o papel da educação científica no exercício da cidadania. Editora UFMG <www.editoraufmg.com.br>

Consumidores e Cidadãos: Conflitos multiculturais da globalização. Os cidadãos do século XVIII foram transformados nos consumidores do século XXI. É o que conclui Néstor García Canclini, um dos maiores pesquisadores contemporâneos da área de estudos culturais. Não se trata apenas de uma alteração de conceitos, sob o desenrolar de um novo cenário cultural. A questão é saber se existe uma racionalidade pós-moderna, formada por comunidades transacionais de consumidores. Editora UFRJ <www.editora.ufrj.br>

Pensamento Jurídico Moderno e Seus Desencontros com a Biotecnologia. No livro, Rebeca Fernandes Dias aborda a construção histórica do pensamento jurídico moderno, seu processo de abstração e sua incongruência e estranhamento com a vida e o corpo. A obra faz uma abordagem teórica, histórica e filosófica do direito, tornando possível se levantar véus, questionar verdades supostamente absolutas e desconstruir o obsoleto, para, a partir de uma visão mais clara e uma compreensão mais lúcida, acompanhar o desenvolvimento científico, sem pretensões fáusticas. Editora UFPR <www.editora.ufpr.br>

Política energética em vídeo

Um novo filme pretende ampliar o debate sobre a questão da energia elétrica no Brasil, às vésperas da Rio+20. Trata-se do vídeo lançado pelo Projeto Agora, que procura introduzir novas ideias de forma didática e acessível para o grande público.

O vídeo reúne depoimentos de quatro dos mais renomados especialistas em energia e sustentabilidade do País: o ex-ministro e pesquisador da Universidade de São Paulo, José Goldemberg; o consultor principal da PSR Consultoria Ltda., Mário Veiga (ambos da Academia Brasileira de Ciências); Adriano Pires, do Centro Brasileiro de Infraestrutura; e Nivalde de Castro, do Grupo de Estudos do Setor Elétrico da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Os depoimentos destacam o potencial das energias renováveis — em especial a biomassa — para o aumento da oferta de energia elétrica no Brasil. Segundo eles, daqui em diante será preciso produzir cada vez mais energia poluindo cada vez menos o ambiente.

Os especialistas são unânimes em afirmar que hoje não existe uma política energética no Brasil. "Temos um problema de planejamento. O governo adotou uma política de preços, uma hipótese simplista. Os leilões como são feitos hoje embaralham as várias fontes de energia", afirma Goldemberg. Para Adriano Pires, o atual modelo de leilões acaba inviabilizando muitos projetos que poderiam ser interessantes para o país: "Não é realista uma fonte de energia eólica competir com gás, com biomassa ou PCH [Pequenas Centrais Hidrelétricas]. Não é realista fazer um leilão que mistura Nordeste, Norte, Sul, Sudeste e Centro-Oeste. Isso é o que a gente precisa discutir de maneira sensata."

O Brasil possui uma das matrizes energéticas mais limpas do mundo, com mais de 45% de toda a energia utilizada no País gerada a partir de fontes renováveis. Isso pode ser comprometido pela ausência de uma política energética mais eficaz por parte do governo, algo que pode, além de retardar a expansão da oferta, "sujar" a matriz, pois a falta de planejamento poderá abrir espaço para térmicas fósseis com elevados índices de emissões de gases de efeito estufa.

O novo filme não segue a linha das campanhas pró ou contra Belo Monte ou as usinas hidrelétricas na Amazônia. A ideia é apenas trazer a discussão sobre as políticas energéticas do governo brasileiro — ou a falta delas — à tona. Para assistir o vídeo, visite o site <www.bioeletricidade.com.br>. (Projeto Agora)

JORNAL da CIÊNCIA

PUBLICAÇÃO DA SBPC • 11 DE MAIO DE 2012 • ANO XXV Nº 713

Olimpíada Internacional de Astronomia no Brasil

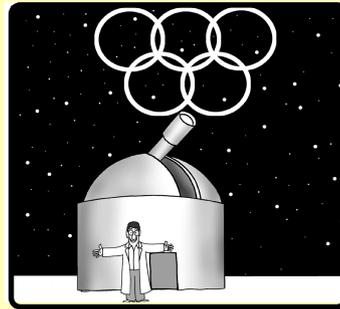
Pela primeira vez no País, encontro reunirá 160 candidatos de 32 países em agosto.

Estudantes do Ensino Médio provenientes dos cinco continentes desembarcarão no Brasil para participar, de 4 a 14 de agosto, da 6ª Olimpíada Internacional de Astronomia e Astrofísica (IOAA, sigla em inglês), que vai se realizar em duas cidades: Rio de Janeiro e no município fluminense de Vassouras. É a primeira vez que o País sedia uma competição científica de alcance mundial. Além disso, o Brasil será a primeira nação das Américas a receber o evento. Nas ocasiões anteriores, apenas os países fundadores da Olimpíada hospedaram a competição: Tailândia (2007), Indonésia (2008), Irã (2009), China (2010) e Polônia (2011).

Uma das razões que trouxeram a sede este ano para o Brasil foi a enorme quantidade de candidatos que o País tem em sua Olimpíada Brasileira de Astronomia (OBA): mais de 800 mil estudantes, oriundos de escolas públicas e particulares. É o país com mais postulantes no mundo. A Tailândia e a Bolívia, por exemplo, têm cerca de 10 mil. As olimpíadas nacionais são uma prévia para escolher os melhores candidatos, que serão enviados para representar o país na competição mundial. No caso do Brasil, deverão ser selecionados por volta de dez candidatos.

Apesar do clima de disputa, o objetivo do evento não é estimular a competitividade entre os 160 estudantes de 32 países que virão, de acordo com o presidente da IOAA, Chatief Kunjaya. "A ideia é criar redes de contatos entre os participantes e divulgar a astronomia no mundo", esclarece. As medalhas de ouro, prata e bronze são distribuídas em faixas de nota, em comparação ao aluno que teve a maior delas. E as provas realizadas também podem ganhar prêmios especiais. "A distribuição de medalhas não é baseada na derrota de uns pelos outros e sim na aquisição de certos níveis de conhecimento", explica Kunjaya.

Todos os estudantes competem nas três modalidades de prova: observacional, na qual demonstram seus conhecimentos sobre o céu; teórica, na qual resolvem problemas de astronomia e astrofísica; e a prova prática, em que utilizam e interpretam dados como um astrônomo profissional. "A astronomia é interessante para muita gente.



Esperamos que ela funcione como uma porta de entrada para o mundo da ciência, atraindo estudantes para a área", conta Kunjaya, dizendo que competições como esta também estimulam os alunos a perderem "o medo" de disciplinas como matemática ou física. Ele revela que, em média, de cada cinco participantes da IOAA, dois acabam estudando astronomia no nível superior.

Foi o caso de Julio Campagnolo, um dos primeiros estudantes brasileiros a participar da disputa, na Tailândia, em 2007. Nascido em Toledo (PR), ele se formou em Física pela Universidade Estadual de Maringá e atualmente está fazendo mestrado em Astronomia no Observatório Nacional. "Foi uma experiência muito marcante. Fiz vários amigos de culturas diferentes, realmente mudou minha vida e minha escolha profissional. Como eu era estudante de escola pública, não esperava que eu conseguisse ir para a olimpíada internacional", relata Campagnolo, ganhador de uma medalha de bronze na competição. Hoje, ele auxilia o comitê na organização do evento brasileiro.

A edição brasileira da IOAA terá no Rio de Janeiro sua abertura e encerramento. Grande parte, porém, das atividades e provas acontecerão em Vassouras e em Barra do Piraí, onde há melhores condições de observação do céu. A competição também vai se diferenciar das outras pela escolha do tema, focado na astronomia indígena. "Estamos buscando nossas raízes. Temos uma história que não conhecemos, não sabemos o que nossos índios veem e viam antigamente no céu", conta Thaís, acrescentando que haverá diversas exposições e projeções de filmes, abertas à população local. (Clarissa Vasconcellos - JC)

Semana Nacional de Museus

A Semana Nacional de Museus acontece anualmente para comemorar o Dia Internacional de Museus (18 de maio). Nesse ano, a sua 10ª edição ocorrerá entre os dias 14 e 20 de maio, quando instituições museológicas de todo o País promoverão eventos em torno do tema "Museus em um Mundo em Transformação – novos desafios, novas inspirações".

Enquanto tempo e espaço são suprimidos, condensados ou subvertidos pelas constantes transformações sociais, os museus aparecem como conectores. São pontes entre a memória e o esquecimento; o individual e o coletivo; o local e o global; o que se é, se foi e se pretende ser. Por isso o tema escolhido pelos organizadores tem o propósito de mobilizar os museus brasileiros a partir de um esforço de concentração de suas programações em torno dessas questões. Sua primeira edição foi realizada em 2003. Hoje, as nove edições do evento totalizam mais de quatro mil participações e aproximadamente 12.300 eventos realizados em 600 municípios espalhados pelo País.

De acordo com o organizador da Semana, o Instituto Brasileiro de Museus (Ibram), a ideia é aproveitar os eventos para discutir os museus, os seus papéis e as suas contribuições sobre "o mundo que queremos, sobre o museu que desejamos".

Saiba mais informações em <www.museus.gov.br>. (Ibram)

Mamíferos do Brasil

A *Lista Anotada de Mamíferos do Brasil* foi publicada pela organização social Conservação Internacional em 1996. Por muitos anos, foi a principal referência sobre a fauna de mamíferos do Brasil.

Ao longo desse tempo, a descoberta de novas espécies, o acúmulo de novos registros, as revisões taxonômicas e as compilações mais recentes elevaram significativamente o número conhecido de espécies de mamíferos no País.

Nessa segunda edição da *Lista Anotada de Mamíferos do Brasil*, os autores indicam não apenas quais são essas espécies, mas também fornecem informações sobre suas características biológicas e ecológicas e reforçam a posição do país como uma das nações mais megadiversas do planeta. A obra publicada em 2012, com texto em português e em inglês, contém 76 páginas e está disponível no formato eletrônico no site <www.conservacao.org/publicacoes>. (CI-Brasil)